



IMPRESA NACIONAL DE CABO VERDE

Rua da Macaronésia, Achada Grande Frente, C.P. 113, Praia - Cabo Verde

Tel.: (+238) 261 41 50; Fax: (+238) 261 42 09

E-mail: incv@incv.cv | Web: www.incv.cv

RELATÓRIO E CONTAS

2020

**RELATÓRIO
E
CONTAS
- 2020 -**

Imprensa Nacional de Cabo Verde, julho de 2021

ÍNDICE

Índice de gráficos	III
Índice de Figuras	III
Lista de abreviaturas e seus significados	IV
Mensagem do Presidente	2
1. ENQUADRAMENTO	4
2. PRINCIPAIS INDICADORES	5
3. ÓRGÃO SOCIAIS	6
3.1 <i>Estrutura dos corpos sociais</i>	6
3.2 <i>Composição dos órgãos sociais</i>	6
3.3 <i>Remuneração dos membros do Órgãos Sociais</i>	7
4. PARTES RELACIONADAS	7
5. ORGANIGRAMA DA INCV	8
6. RECURSOS HUMANOS	9
6.1 <i>Introdução</i>	9
6.2 <i>Distribuição dos colaboradores por sexo</i>	10
6.3 <i>Distribuição do colaboradores por Categorias profissionais</i>	10
6.4 <i>Distribuição dos trabalhadores por Setor/Direção</i>	11
7. PRODUÇÃO	13
8. BOLETIM OFICIAL	14
8.1 <i>Introdução</i>	14
8.2 <i>Produção / Edição do Boletim Oficial</i>	14
9. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA	16
9.1 <i>Resultados</i>	16
9.2 <i>Estrutura Financeira e Patrimonial</i>	17
9.3 <i>Alguns Indicadores e Rácios</i>	18
10. PERSPETIVAS PARA 2021	20
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
13.1 Balço em 31 de dezembro de 2020	23
13.2 Demonstração de Resultados por Natureza	24
13.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
13.4 Demonstração das Alterações de Capital Próprio	26
13.5 Anexo às Demonstrações Financeiras de 2020	27
ANEXOS	
Anexo n.º1: Ata de aprovação das Contas de 2020;	56
Anexo n.º2: Relatório e Parecer do Auditor Externo	57
Anexo n.º3 : Parecer do Fiscal Único	58

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos Trabalhadores por sexo	10
Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores por categoria profissional	10
Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhadores ativos por setor	11
Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhadores por setor (Geral)	11
Gráfico 5 - Produção do Boletim Oficial entre 2018-2020	15
Gráfico 6 - Alguns indicadores de Resultado entre 2019 e 2020	16
Gráfico 7 - Estrutura de Balanço entre 2019 e 2020	17
Gráfico 8 - Autonomia Financeira, Endividamento e Solvabilidade entre 2019 e 2020	18
Gráfico 9 - Liquidez geral, Reduzida e Imediata entre 2019 e 2020	19

Índice de Figuras

Figura 1 - Organigrama	8
-------------------------------------	----------

Lista de abreviaturas e seus significados

- AFT – Ativo Fixo Tangível
AI – Ativo Intangível
BCV – Banco de Cabo Verde
BO - Boletim Oficial
CA – Conselho de Administração
DAF – Direção Administrativa e Financeira
DC – Direção Comercial
DP - Direção de Produção
EBIT - *Earnings Before Interest ante Taxes*
EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*
EBT - *Earnings Before Taxes*
ERP – *Enterprise Resource Planning*
INCV – Imprensa Nacional de Cabo Verde
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
IUR – Imposto Único sobre Rendimento
IVA – Imposto Sobre Valor Acrescentado
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCA – Presidente do Conselho de Administração
PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários
OMS - Organização Mundial da Saúde
RA – Reforma Antecipada

Excelentíssimos (as) Senhores (as),

Nos termos da Lei que rege o Sector Empresarial do Estado¹ e dos Estatutos² da Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A., submetemos à vossa apreciação o **Relatório e Contas de 2020**.

¹Lei n.º47/VII/2009 de 7 de dezembro, B.O. da Republica de Cabo Verde, n.º46, 1ª Série, pág. 985

²Decreto-Lei n.º3/2011 de 3 de janeiro, B.O. da Republica de Cabo Verde, n.º1, 1ª Série, pág. 42

Mensagem do Presidente

A Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. é uma das instituições públicas mais antigas do país, tendo contribuído ao longo dos seus 177 anos de existência para o desenvolvimento do sector gráfico nacional e particularmente, nas últimas décadas, para a consolidação da Democracia e do Estado de Direito em Cabo Verde. Hoje a INCV afigura-se indubitavelmente uma referência nacional e um símbolo da identidade do povo cabo-verdiano.

Ao longo dos últimos anos, a aposta na reestruturação organizacional, na formação contínua e especialização dos seus colaboradores, bem como o recurso às novas tecnologias e engenharias traduzem uma fórmula de crescimento paulatino, sólido e sustentável, representada não só em números, mas na melhoria significativa da qualidade do serviço público que a INCV presta aos cidadãos e ao país, através da edição e publicação do jornal oficial.

Nesta senda, após anos consecutivos de resultados negativos, no exercício de 2019 a INCV inicia o seu ciclo de crescimento e de resultados positivos.

Entretanto, o exercício de 2020 é marcado pela Pandemia da Covid-19, com fortes impactos negativos na economia nacional e internacional. O sector empresarial nacional enfrenta uma grave crise sem precedência, particularmente o do turismo e da indústria hoteleira, a taxa de desemprego aumentou drasticamente, assim como o défice orçamental e a dívida pública.

Este contexto adverso, de profunda crise económica, de enorme tensão social e de grandes incertezas derivadas da Pandemia determinou alguns atrasos no avanço dos projetos traçados pela INCV para o exercício de 2020, com especial enfoque para o início da construção da gráfica de segurança e da reestruturação do BO. É de salientar que, pese embora a recessão económica vivida em 2020, que se prolonga em 2021, a INCV conseguiu manter intacto todos os postos de trabalho, cumprir pontualmente todos os seus compromissos, particularmente com os seus colaboradores e clientes, não tendo sido necessário recorrer a nenhum dos mecanismos de apoio às empresas implementados pelo Governo.

Sublinhe-se, ademais, que, mesmo no período de estado de emergência, em que se decretou o confinamento total, a INCV soube cumprir plenamente a sua missão principal de edição e publicação do jornal oficial.

Com efeito, foram oportunamente adotadas medidas, nomeadamente o regime de teletrabalho, de modo a que não houvesse interrupção na publicação do BO, sendo de realçar, a este propósito, que, durante o ano de 2020, muito em virtude da Pandemia, se assistiu a uma inédita e intensa produção legislativa, cuja publicação se assegurou plena e eficientemente, muitas vezes em horários não convencionados e com prazos extremamente exíguos.

Paralelamente, a INCV, no sentido de contribuir para a consolidação da cidadania, decidiu criar uma base de dados com toda a legislação publicada no quadro da Pandemia da Covid-19, mantendo o cidadão continua e devidamente informado.

É precisamente esta intensa produção legislativa, a que a INCV soube corresponder plena e eficientemente, aliado ao contrato de impressão de boletins de votos para as eleições autárquicas, que justifica, em boa medida, os resultados positivos alcançados pela empresa.

Para o alcance de tais resultados foi igualmente fundamental o papel desempenhado, individual e coletivamente, por todos os colaboradores, cujo engajamento no contexto epidemiológico adverso se destaca com enorme satisfação e orgulho.

Neste sentido, termino a presente mensagem com uma palavra de reconhecimento e de agradecimento a toda família da INCV, a todos aqueles que, diária e incansavelmente, contribuem para o bom desempenho da empresa, aliada uma palavra de confiança no futuro, no crescimento da organização e na melhoria da sua eficiência e, conseqüentemente, do bem-estar de todos os seus colaboradores.

Dr. Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo

1. ENQUADRAMENTO

A economia nacional, nos últimos doze meses, é caracterizado pelo impacto negativo da pandemia da covid-19 na atividade económica mundial, em geral, e na dos principais parceiros interrompendo assim o ciclo de crescimento que a economia mundial e a economia nacional vinham observando desde 2009, segundo o Relatório de Política Monetário de outubro de 2020 do Banco de Cabo Verde.

O exercício de 2020, na sua totalidade, decorreu num contexto de pandemia de Covid-19 influenciando de forma direta as decisões de política macroeconómica. A nível internacional, o FMI reviu em baixa, as projeções de crescimento da economia mundial da Área do Euro, um dos principais parceiros de Cabo Verde.

A atual crise económica global assume mais recentemente a característica de um choque negativo da procura agregada, que afeta, severamente, em simultâneo o consumo e o investimento privados, contrariamente ao observado nas crises antecedentes.

Relativamente a Imprensa Nacional de Cabo Verde, em julho de 2020, por imposição da pandemia da Covid-19, foi revisto o Plano de Atividades e Orçamento /2020 baixando, naturalmente, as expetativas em termos de investimentos e, por conseguinte, de Resultados.

Em 2020, o Resultado Líquido de mECV 76.429 associado ao registado no exercício anterior (mECV 41.567) é sinal de que o impacto da pandemia da COVID-19 nas operações correntes da INCV não terá sido significativo, embora a nível de investimentos previstos para o exercício tiveram que ser adiados. De uma forma geral, o desempenho económico foi bastante satisfatório tendo em conta o contexto económico nacional e internacional.



2. PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS		Variação	
	2020	2019	Valor	%
Operacionais				
Volume de Negócios	171 908	144 955	26 953	18,6%
<i>Vendas</i>	56 285	54 408	1 878	3,5%
<i>Prestação de Serviços</i>	115 622	90 548	25 075	27,7%
Pessoal				
N.º de Trabalhadores	61	63	(2)	-3,2%
<i>Trabalhadores Ativos</i>	42	42	-	0,0%
<i>Reforma Antecipada</i>	19	21	(2)	-9,5%
Gastos com pessoal	45 575	47 192	(1 616)	-3,4%
Efetivos	45 575	47 192	(1 616)	-3,4%
Reforma Antecipada		-	-	0,0%
Resultados				
EBITDA	112 368	71 035	41 333	58,2%
Margem EBITDA (%)	65%	49%	16%	
EBIT	92 634	52 471	40 163	76,5%
Margem EBIT (%)	54%	36%	18%	
Resultado Líquido do Período	76 429	41 567	34 862	83,9%
Produtividade				
N.º Trabalhadores / EBITDA	1 842	1 128	715	63,4%
N.º Trabalhadores / EBIT	1 519	833	686	82,3%
Estrutura Financeira				
Capital Próprio	227 239	149 482	77 757	52,0%
Capital Alheio	113 913	136 402	(22 489)	-16,5%
Capital Permanente	341 152	285 884	55 268	19,3%
Cash Flow				
Cash Flow Operacional	25 329	18 425	6 904	37%

3. ÓRGÃO SOCIAIS

3.1 Estrutura dos corpos sociais

A Imprensa Nacional de Cabo Verde possui os seguintes corpos sociais:

- i. Assembleia Geral, cujas competências são exercidas através da Direção Geral do Tesouro, em representação do único Acionista – Estado de Cabo Verde;
- ii. Conselho de Administração, composto por três membros, sendo dois com funções executivas e um não executivo;
- iii. Fiscal Único – Responsável pelo controlo da legalidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa.

3.2 Composição dos órgãos sociais

i. Assembleia Geral

ii. Conselho de Administração

O Conselho de Administração apresenta a seguinte constituição:

Cargo	Nome	Pelouro
PCA	Dr. Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo	Cooperação, Jurídico, Finanças e Cobrança, Boletim Oficial, Recursos Humanos, Gráfica de Segurança
Administrador(a) Executivo(a)	Dr.ª Adalgisa Márcia Da Cruz Pires	Produção, Logística., Comercial & Marketing, Sistema de Informação
Administrador Não Executivo	Dr. Vitalzinho Vieira Landim	Coadjuva nas áreas de Produção, Financeira e Comercial

iii. Fiscal Único : Dr. Bruno Lopes



3.3 Remuneração dos membros do Órgãos Sociais

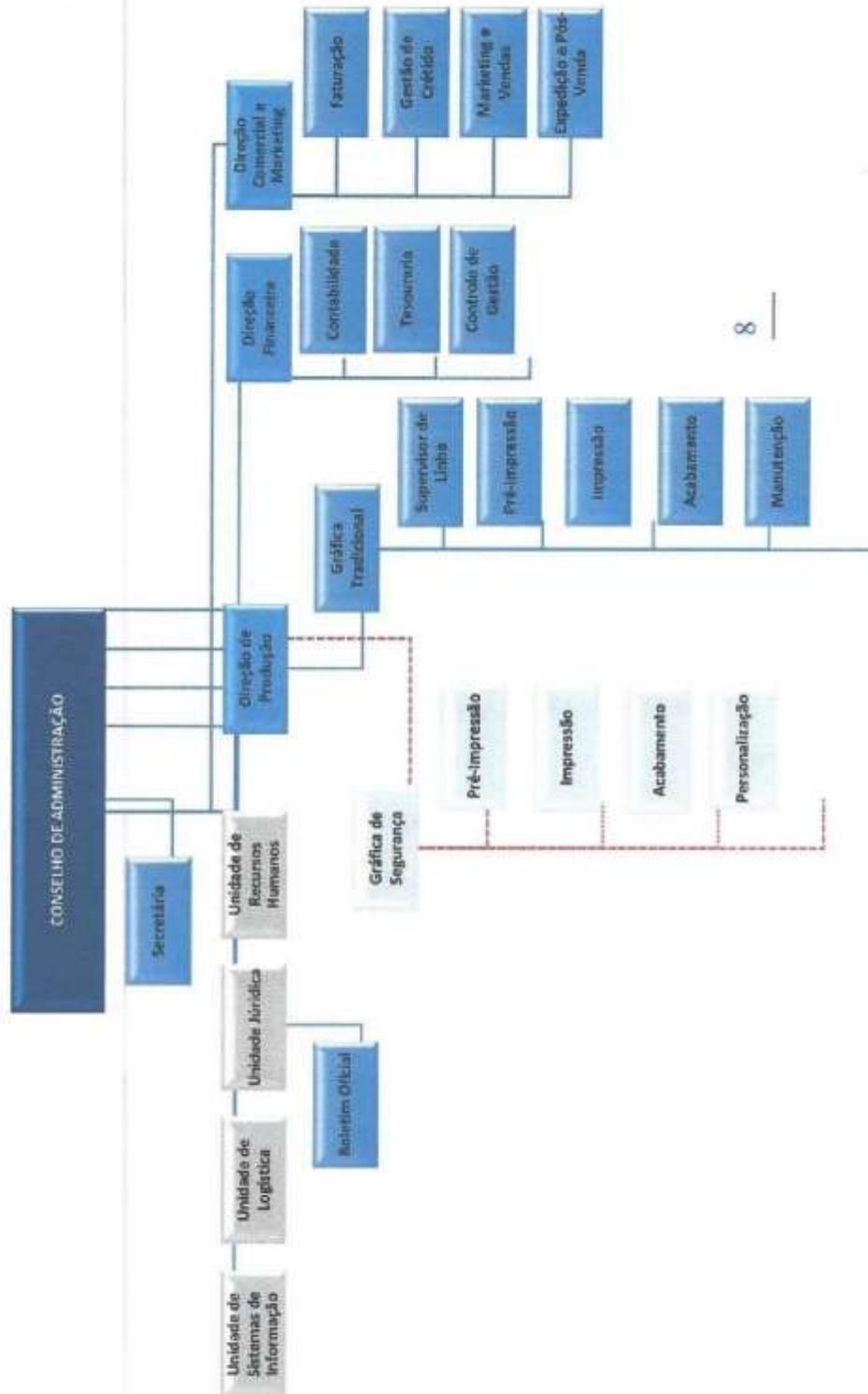
Assembleia Geral	Senha
Presidente de Mesa de AG	30 000
Secretário de AG	27 000
Subtotal - Assembleia Geral	57 000
Conselho de Administração	Remuneração mensal
Presidente do Conselho de Administração	240 000
Administrador Executivo	216 000
Administrador Não Executivo	72 000
Subtotal do Conselho de Administração	528 000
Fiscal Único	30 000
TOTAL GERAL	615 000

4. PARTES RELACIONADAS

Considera-se como partes relacionadas o Estado de Cabo Verde, como acionista único da INCV, e os Outros Entes Públicos.

As operações realizadas com as partes relacionadas, durante o exercício de 2020, traduzem-se na relação da INCV como fornecedor e prestador de serviços às referidas partes relacionadas e contribuinte, em matéria de cumprimento das obrigações fiscais e contributivas. Para mais informações ver **Nota 26** do Anexo às Demonstrações Financeiras.

5. ORGANIGRAMA DA INCV



8

Ilustração 1
 Figura 1 - Organigrama

6. RECURSOS HUMANOS

6.1 Introdução

A INCV, iniciou em 2020 com os 42 (quarenta e dois) trabalhadores ativos e os 21 (vinte e um), integrantes do grupo de trabalhadores da Reforma Antecipada, conforme o Decreto-lei nº 3/2018, de 9 de janeiro.

No primeiro trimestre, na sequência de um o despedimento por justa causa de um trabalhador e no decorrer do ano três trabalhadores entraram em reformas por velhice, todos eles do grupo da Reforma Antecipada, perfazendo um total de 59 trabalhadores, sendo 41 trabalhadores ativos e 18 da Reforma Antecipada.

A semelhança de qualquer organização a nível mundial, a INCV teve de se adaptar as mudanças impostas pelo fenómeno da pandemia da Covid-19, que levou a declaração do estado de calamidade e, posteriormente, de emergência, cujo impacto verifica-se na redistribuição interna de pessoal, a começar pela terciarização integral, a título definitivo, os serviços de vigilância, o que implicou a mobilidade dos três guardas, antes alocados na Unidade de Recursos Humanos, para à Produção/sector de acabamento.

O contexto pandémico, levou a paralisação temporária das atividade laborais, estando em atividade apenas os profissionais, cujas funções, permitem operar em regime de teletrabalho. Igualmente, por decisão superior, os trabalhadores considerado de risco permaneceram em casa, tendo em conta a necessidade de se Auto protegerem, até que, reunidas as condições sanitárias e de segurança exigidas pelas autoridades competentes.

6.2 Distribuição dos colaboradores por sexo

Dos trabalhadores ativos, conforme o Gráfico 1, 29 (vinte e nove) são do sexo masculino, correspondente 71% e 12 (doze) do sexo feminino, equivalente a 29% tendo esta última verificado um ligeiro aumento percentual comparativamente ao ano anterior.

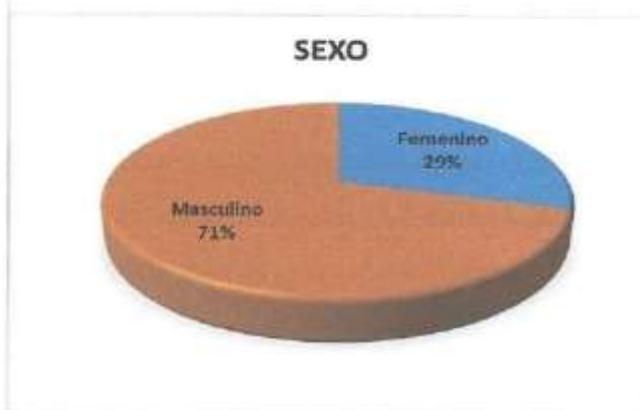


Gráfico 1- Distribuição dos Trabalhadores por sexo

6.3 Distribuição do colaboradores por Categorias profissionais

No que diz respeito às categorias profissionais constata-se que, comparativamente a 2019, não houve grandes alterações em termos de distribuição de pessoal por categoria, sendo a maioria integrada na categoria de Técnico de Artes Gráficas (46%). A categoria de Técnico Superior mantém-se na segunda posição (36%), a seguir está a categoria de Assistente Operacional com 15% e Assistente Administrativo com 2%, conforme ilustrado pelo gráfico a seguir.

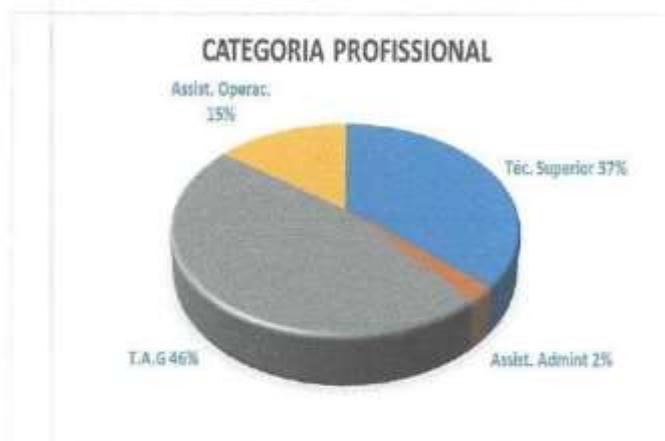


Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores por categoria profissional

6.4 Distribuição dos trabalhadores por Setor/Direção

A Direção de Produção continua sendo o setor com maior número de trabalhadores, tendo verificado a mobilidade de um trabalhador para a Unidade de Logística e recebido mais três trabalhadores da Unidade de RH. Sendo assim, passamos a descrever a distribuição de pessoal por sector:



Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhadores ativos por setor

A Unidade dos RH teve um decréscimo de 50%, ou seja, passou de, 14% para 7%. Relativamente às demais Direções e Unidades mantiveram-se os mesmos números de trabalhadores.

A análise anterior diz respeito aos trabalhadores em atividade, assim como referido na introdução, há grupo de 18 (dezoito) trabalhadores que se encontram em regime de Reforma Antecipada e o gráfico a seguir ilustra a distribuição de todos os trabalhadores da Imprensa Nacional de Cabo Verde.



Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhadores por setor (Geral)

Neste caso, as direções com maior representatividade são a Comercial e de Produção, com 30% (2019: 31%) e 33% (2019: 27%, respetivamente).

Constata-se uma diminuição de estagiários passando de a 3%, justificado pelo contexto de pandemia, onde se impõe o máximo limitação de pessoal, inclusive ainda temos uma colaboradora a laborar no regime de teletrabalho.



7. PRODUÇÃO

A produção gráfica envolve uma série de etapas para criar um produto impresso, abrangendo áreas multidisciplinares e o convívio com o contínuo avanço tecnológico. A Implementação do módulo *manufacturing* teve grande importância no setor gráfico como intermediário para a produção de trabalhos de forma otimizada, eficiente e sustentável.

O Ano 2020, trouxe à Direção de Produção, alguns constrangimentos e desafios, tendo em conta a situação pandémica que se viveu na altura e que prevalece. Entretanto, a sinergia e a consciencialização dos colaboradores face ao vírus (Covid-19) possibilitaram-nos a retoma das tarefas inicialmente em turnos e posteriormente no horário normal.

A queda na produção foi significativa, a volta dos 60% em relação ao ano anterior. No entanto, ao contrário de diversas empresas, mesmo com queda na procura não deixamos de laborar. Tivemos praticamente de março a maio com a área fabril inoperacional. Mas, contudo, foram feitos alguns trabalhos a partir de casa, mormente composição/paginação de livros/brochuras, feedback aos clientes sobre o estado dos trabalhos via e-mail, etc... .

De entre os trabalhos produzidos, os com maiores destaques foram:

- Cadernetas
- Brochuras/Livros
- Impressos dos Bancos (Caixa Económica)
- Boletins de voto (Autárquicas 2020)

Relativamente aos equipamentos e máquinas houve pouca intervenção e reparação no ano 2020, comparado ao ano anterior. As importações de peças e acessórios de Portugal, têm vindo a diminuir substancialmente. Algumas peças e acessórios só foram solicitadas, porque esgotamos as soluções internas.

8. BOLETIM OFICIAL

8.1 Introdução

A prestação dos serviços conexos ao *Boletim Oficial* passa, fundamentalmente, pela gestão da edição da Iª e IIª Séries do jornal oficial (*B.O.*), visando garantir a sua difusão a nível nacional e internacional e prestar assistência a todas as pessoas, singulares e coletivas, de modo a que o acesso e utilização sejam eficientes e eficazes.

A nível de atos constitutivos de pessoas jurídicas do direito privado ou de alteração aos seus estatutos, importa destacar que continua em vigor o protocolo celebrado, em dezembro de 2012, entre a INCV e a Direção Nacional dos Registos Notariados e Identificação (DGRNI), no âmbito do qual a DGRNI assume a responsabilidade de enviar diretamente à INCV os atos sujeitos a publicação no boletim oficial.

O Decreto-Lei nº 60/2016, de 18 de novembro determina que, a partir de 01 de janeiro de 2017, a edição eletrónica do *Boletim Oficial* passasse a ser de acesso universal e gratuito e que qualquer ato, independentemente da sua natureza e entidade emitente passasse a estar sujeito a pagamento por parte do emitente.

8.2 Produção / Edição do Boletim Oficial

Não obstante a edição do BO ser eletrónica, a INCV procede, ao abrigo do Decreto-lei n.º 6/2011, de 31 de janeiro, à edição em papel para efeitos de depósito legal junto da Presidência da República, da Assembleia Nacional, da Presidência do Conselho de Ministros, dos Tribunais e da Procuradoria Geral da República, bem como da Biblioteca Nacional e do Arquivo Histórico.

Visando uma eficiência organizacional, maior confiança dos cidadãos no serviço prestado pela INCV e aumentar o número de consultas diárias, em 2019, definiu-se o período de manhã como sendo o horário a partir do qual se deve publicar o BOE.

O gráfico a seguir ilustrado, mostra-nos a evolução da produção do *Boletim Oficial* no período 2018 - 2020, em termos de edições e páginas por série.

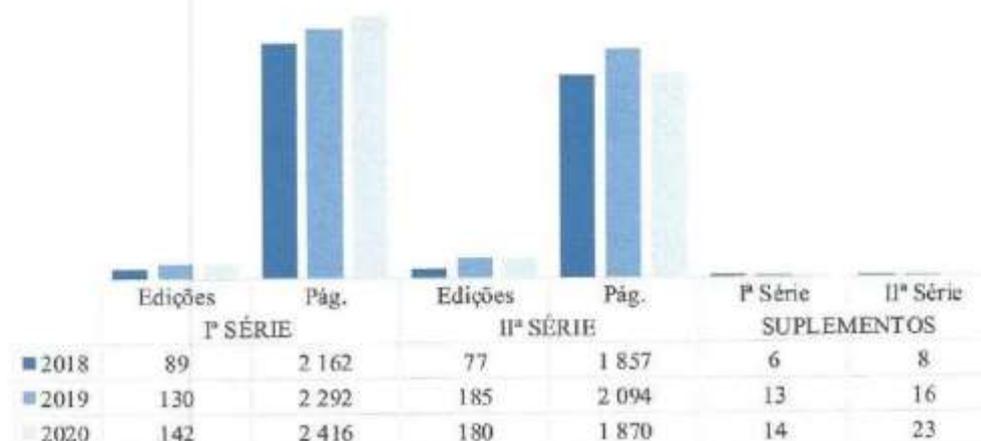


Gráfico 5 – Produção do Boletim Oficial entre 2018-2020

Analisando o gráfico acima, pode-se constatar que se mantém a tendência crescente na produção da Iª Série e um decréscimo da IIª Série, 9% e -3%, respetivamente. No que tange aos Suplementos, verifica-se um aumento de 8% na Iª Série e 44% na IIª Série.

9. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

9.1 Resultados

O Resultado Líquido, em 31 de dezembro de 2020, positivo em mECV 76.429 (2019: mESC 41.567 positivo) traduz um melhoria de resultados na ordem de 84% em relação exercício anterior. O gráfico a seguir ilustra alguns indicadores de resultados entre 2020 e 2019.



Gráfico 6 – Alguns indicadores de Resultado entre 2019 e 2020

De uma forma geral, a configuração do gráfico evidencia um melhoria geral dos indicadores de resultados de 2019 para 2020. Quanto às "Vendas e Prestações de Serviços", em relação ao ano anterior, verifica-se um aumento de 18,6% devido, fundamentalmente, ao aumento das Prestações e Serviços (27,7%).

Os gastos em "Fornecimentos e Serviços de Terceiros" foram de mECV 15.828 em 2020, traduzindo um aumento de 8% relativamente a 2019, aumento este impulsionado pelas rubricas de "Conservação e Reparação" e "Limpeza, Higiene e Conforto". Para além das rubricas acima referidas, destaca-se a queda de 50% de "Prestação de Serviços, rubrica que incorpora mECV 370, valor relativo ao honorário do Auditor Certificado.

A melhoria global dos indicadores de resultados deve-se, por um lado, ao aumento do Volume de Negócios e, por outro, à diminuição dos "Gastos com Mercadorias Vendidas e Consumidas" em 62,7% em relação a 2019.

9.2 Estrutura Financeira e Patrimonial

O Total de Ativos atingiu os mESC 555.807 traduzindo um aumento de 10% equivalente a mESC 49.343 (2019: mESC 7.938). O Total de Passivo atingiu, em 2020, o montante de mESC 328.568 (2019: mESC 356.987), traduzindo uma redução de 8%. gráfico a seguir ilustra a variação na estrutura do balanço.



Gráfico 7 - Estrutura do Balanço entre 2019 e 2020

A semelhança do ano anterior, o *Capitais Próprio* registou um aumento 52% (2019/18: aumento de 45%). De referir que, a rubrica *Ativo não Corrente* diminui 7% e *Ativo Corrente* aumentou cerca de 30%, sendo este último, impulsionado pelo aumento das dívidas de Clientes (44%).

Do lado do Passivo, à semelhança do período anterior, o Passivo Corrente regista uma redução de 2% (2018/19: -22,6%) e o *Não Corrente* de 10% (2018/19: -9,9%) do *Passivo não corrente*, justificado pela diminuição das dívidas aos fornecedores e Outras contas a pagar e pela redução das Provisões. (Encargos com os trabalhadores da Reforma Antecipada assumidos pela INCV).

O saldo da rubrica de "Financiamentos Obtidos" resulta do somatório do remanescente dos empréstimos contraídos junto do Banco Comercial do Atlântico (BCA) no âmbito da remodelação da Sede e empréstimos para aquisições de viaturas na modalidade de Leasing.

9.3 Alguns Indicadores e Rácios

a) Autonomia Financeira, Endividamento e Solvabilidade

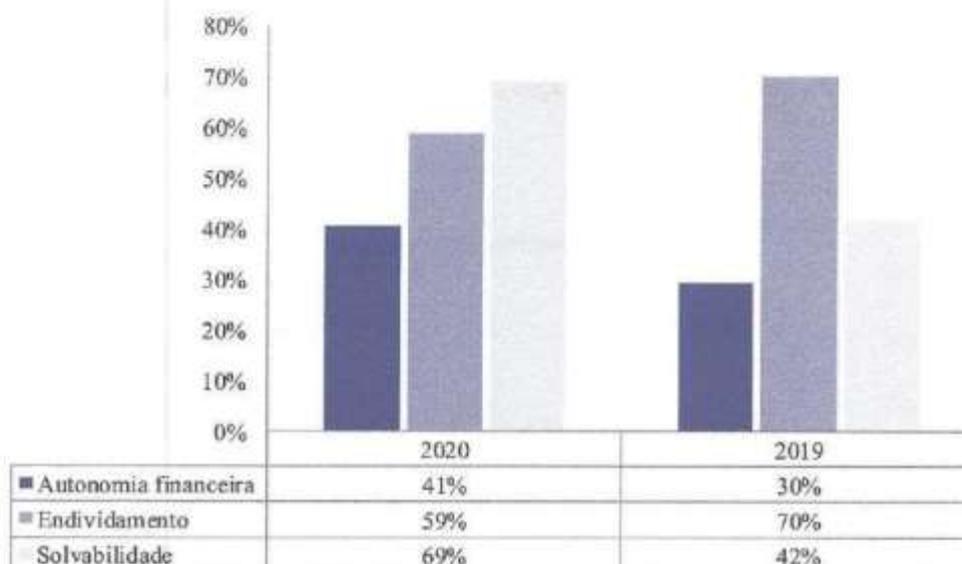


Gráfico 8 - Autonomia Financeira, Endividamento e Solvabilidade entre 2019 e 2020

O gráfico acima mostra-nos um aumento de 11% da *Autonomia financeira*, seguindo a tendência verificada no período anterior (2018/19: 10%) e uma diminuição na mesma proporção do *Endividamento*. Quanto ao rácio de *Solvabilidade* regista um aumento de 27%, valor superior ao do período anterior em 10% (2018/19:17%) impulsionado pela melhoria de Resultado Líquido do Período.

b) *Liquidez Geral, Reduzida e Imediata*

A capacidade da empresa em solver os seus compromissos a curto, médio e a longo prazo é medida pelos rácios de *liquidez* (Gráfico 5), cuja variação entre os períodos 2019/2020 evidenciam, de uma forma geral, melhorias, conforme ilustra o gráfico a seguir:

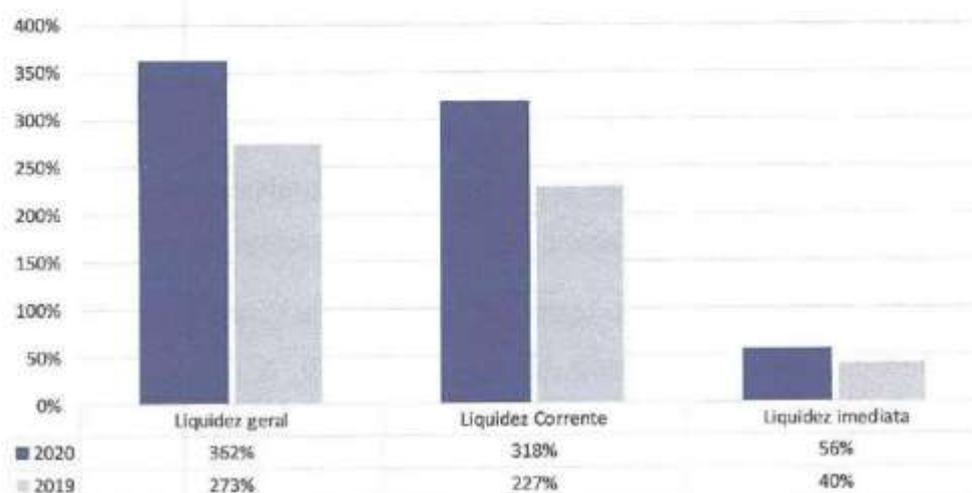


Gráfico 9 – Liquidez geral, Reduzida e Imediata entre 2019 e 2020

10. PERSPETIVAS PARA 2021

Declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como emergência da saúde pública de âmbito internacional a partir de 11 de março de 2020 como Pandemia, o novo Coronavírus – COVID-19, alterou completamente o campo de expectativas económica e financeira a nível mundial.

A nível interno, a Pandemia determinou a elaboração de um Plano de Contingência, no qual foram determinadas as medidas de segurança individual e coletiva de modo a evitar a propagação do vírus e a infeção dos trabalhadores no local de trabalho. De entre elas, destacam-se o reforço da higienização dos espaços, a aquisição de materiais de proteção individual, a redução da lotação do veículo coletivo da empresa, a divisão dos trabalhadores da fábrica em dois períodos laborais distintos, bem como o regime de teletrabalho para determinados trabalhadores.

As medidas legais implementadas no combate à Pandemia da Covid-19 têm impacto direto nos custos de funcionamento, por exemplo no período 2019/20, a rubrica “*Higiene, Conforto e Segurança*” aumentou cerca e 137% e até abril de 2021 o valor executado já se encontrava a 60% do previsto.

De acordo com o Plano de Atividades e Orçamento de 2021, à semelhança do exercício anterior, o maior impacto da Pandemia será nível de investimentos, com destaque para a construção da Gráfica de Segurança pela sua complexidade e relação com outros itens do mapa de investimentos.

À semelhança de 2020, prevê-se que o impacto negativo será maior a nível comercial, mas a produção dos Boletins de votos para as Eleições Legislativas e Presidências poderá compensar a queda das vendas por conta da Pandemia. No 1º trimestres de 2021, as “*Vendas*” e “*Prestações de Serviços*” realizadas já se encontravam a 13% e 12% do total previsto, respetivamente. 20% do valor previsto para o exercício.

Mesmo diante de um contexto de muitas incertezas, relativamente aos impactos reais da Pandemia, a Administração da empresa acredita que a continuidade das operações não estará em causa nem os compromissos financeiros assumidos até então.



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2020, à semelhança do anterior, decorreu sem grandes sobressaltos mantendo a tendência de estabilização ou decrescente dos gastos operacionais, nomeadamente, os *Gastos com o pessoal* diminuíram 3,4% (2018/19: -29,2%), os *Gastos com Mercadorias Vendidas e Consumidas* os *Gastos* diminuíram 62,7% (2018/19: -43.8%) e os com *Fornecimentos e Serviços de Terceiros* registaram um aumento de 7% (2018/19: -25%).

De realçar, embora num contexto pandémico, um aumento de 18,6% do Volume de negócios (2018/19: 0,2%) impulsionado, sobretudo, pela Prestação de Serviços (Boletim Oficial).

O desempenho acima referido, tanto a nível de gastos como de rendimentos, evidenciam a tendência de melhoria continua de performance empresarial nos últimos três anos, com exceção de 2018, cujo resultado negativo terá sido impulsionado pela implementação da reforma antecipada de 21 trabalhadores, cujos encargos do processo são da responsabilidade de INCV.



12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

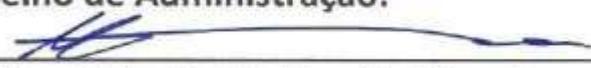
Na elaboração da proposta ora apresentada, foram tidas em consideração os seguintes factos:

1. Preencher paulatinamente a Reserva Legal, nos termos do artigo 254º do Código das Sociedades Comerciais;
2. Cobertura de prejuízos acumulados nos últimos sete (7) anos, nos termos do n.º1 do artigo 41º do Código das Sociedades Comerciais;

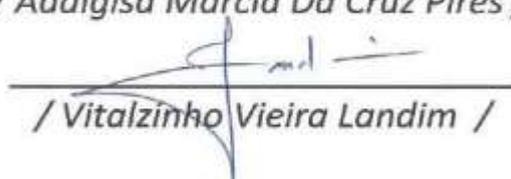
De acordo com o estipulado na alínea b) do artigo 16º e artigo 37º dos Estatutos da Sociedade e na alínea j) do n.º 3, do Artigo 72º do Código das Sociedade Comerciais, o Conselho de Administração propõe a seguinte Aplicação do Resultado Líquido de 2020, positivo em mECV 76 429:

Descrição	VALOR	%
Reserva Legal	3 821	5,0%
Resultados Transitados	72 607	95,0%
Total	76 429	100%

O Conselho de Administração:


/ Miguel Hochimimi Almeida Pires Semedo /


/ Adalgisa Márcia Da Cruz Pires /


/ Vitalzinho Vieira Landim /

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13.1 Balanço em 31 de dezembro de 2020

Valores em: mECV

DESCRIÇÃO	Nota	Exercícios		
		2020	2019	Var
ATIVO				
Ativo Não Corrente				
Ativos fixos tangíveis		103 709	110 966	-7%
Terrenos e recursos naturais	3	24 704	22 247	11%
Edifícios e Outras Construções	3	58 208	61 615	-6%
Equipamentos básicos	3	14 857	19 611	-24%
Material de Carga e Transporte	3	5 128	6 280	-18%
Equipamentos administrativos	3	466	811	-43%
Outros ativos fixos tangíveis	3	346	401	-14%
Propriedades de investimento		158 312	166 497	-5%
Terrenos e recursos naturais	4	30 000	30 000	0%
Edifícios e Outras Construções	4	128 312	136 497	-6%
Ativos Intangíveis		5 440	6 496	-16%
Programas de computador	5	5 440	6 496	-16%
Total do ativo não corrente		267 462	283 959	-6%
Ativos Correntes				
Inventários	6	35 045	37 575	-7%
Mercadorias	6	229	320	-28%
Produtos acabados e intermédios	6	7 975	7 337	9%
Mátérias-primas, Sub. E de consumos	6	26 841	29 919	-10%
Clientes	7	183 639	127 410	44%
Adiantamentos a fornecedores	14	169	204	-17%
Outras Contas a receber	9	22 659	22 753	0%
Diferimentos	10	2 099	2 310	-9%
Caixa e depósitos bancários	11	44 734	32 257	39%
Total do ativo corrente		288 345	222 510	30%
TOTAL DO ATIVO		555 807	506 469	10%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio				
Capital realizado	12	130 000	130 000	0%
Reservas legais	12	7 219	5 141	40%
Outras Reservas	12	32 668	32 668	0%
Excedentes de revalorização	12	73 753	78 464	-6%
Resultados transitados	12	(92 830)	(138 358)	-33%
Resultados líquidos do período	12	76 429	41 567	84%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente				
Financiamentos obtidos	13	46 622	55 249	-16%
Estado e outros entes públicos	8	122 744	125 312	-2%
Passivos por Impostos Diferidos	15	20 810	22 139	-6%
Provisão	23	58 685	72 893	-19%
Passivo Corrente				
Fornecedores	14	7 582	18 583	-59%
Adiantamentos de clientes	7	17 261	13 812	25%
Estado e outros entes públicos	8	25 585	12 839	99%
Financiamentos obtidos	13	8 605	8 259	4%
Outras contas a pagar	9	6 465	11 763	-45%
Provisão	23	14 208	16 137	-12%
TOTAL DO PASSIVO		328 568	356 987	-8%
TOTAL - CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		555 807	506 469	10%

A Contabilista Certificada,
Agostina Fernandes nº 518

O Conselho de Administração:
Miguel Herculino Almeida Pires Semedo /
Adalgisa Márcia da Cruz Pires /
Vitalzinha Vieira Landim /

13.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020

Valores em: **mECV**

RUBRICAS	Notas	Exercícios		
		2020	2019	Var.
Vendas	16	56 285	54 408	3,5%
Prestações de Serviços	16	115 622	90 548	27,7%
Vendas & Prestações de Serviços	16	171 908	144 955	18,6%
Variação nos inventários de produção	6	639	(480)	-233,2%
Gastos com mercadorias vendidas e consumidas	25	(10 278)	(27 592)	-62,7%
Resultado Operacional Bruto		162 268	116 883	38,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	17	(15 828)	(14 651)	8,0%
Valor Acrescentado Bruto		146 440	102 233	43,2%
Gastos com pessoal	18	(45 575)	(47 192)	-3,4%
Imparidades de dívida a receber (perdas/reversões)		-	-	0,0%
Provisões (aumento/reduções)	22	-	-	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	19	16 849	17 827	-5,5%
Outros gastos e perdas	20	(5 345)	(1 833)	191,6%
Resultados antes de depreciação e financiamento		112 368	71 035	-58,2%
Gastos /Ver. de depreciação e de amortização		(19 734)	(18 564)	6,3%
Perdas/ Reversões de depreciação		-	-	0,0%
Result. Operacional (antes de perdas/ganhos Financ.)		92 634	52 471	-76,5%
Juros e ganhos similares obtidos	21	4	33	-87,1%
Juros e perdas similares suportados	21	(5 878)	(5 473)	7,4%
Resultado antes de impostos		86 761	47 031	84%
Dedução de Prejuízo		(43 380)	(23 516)	
Imposto sobre rendimento	22	10 332	5 464	
Resultado líquido de período		76 429	41 567	84%

A Contabilista Certificada,

Acefe Fernandes nº 518

O Conselho de Administração:

Miguel Hachimio Almeida Pires Semedo

Adalgisa Márcia Da Cruz Pires

Vitalzinho Vieira Landim

13.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020

Valores em: mECV

RUBRICAS	NOTA	PERÍODO		
		2020	2019	Var.
MÉTODO DIRECTO				
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		157 085	176 614	-11%
Pagamentos a fornecedores		(52 821)	(79 739)	-34%
Pagamentos ao pessoal	18	(51 817)	(57 920)	-11%
Caixa gerada pelas operações		52 447	38 955	35%
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento		(5 464)	-	0%
Outros recebimentos/pagamentos		(21 654)	(20 531)	5%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		25 329	18 425	37%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a		(817)	(14 618)	-94%
Ativos fixos tangíveis	3	(676)	(8 452)	-92%
Ativos intangíveis	5	(140)	(6 166)	-98%
Recebimentos provenientes de:		4	33	-87%
Juros e rendimentos similares		4	33	-87%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(812)	(14 585)	-94%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:		-	-	0%
Pagamentos respeitantes a		(12 039)	(11 980)	0%
Financiamentos obtidos	13	(6 161)	(6 507)	-5%
Juros e gastos similares	21	(5 878)	(5 473)	7%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(12 039)	(11 980)	0%
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		12 477	(8 140)	-253%
Efeito das diferenças de câmbio		-	-	0%
Caixa e seus equivalentes no início do período		32 257	40 398	-20%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		44 734	32 257	39%

A Contabilista Certificada,

Leonor Fernandes nº 518

O Conselho de Administração:

Miguel Hilchimi Almeida Pires Semedo

Adalgisa Márcia Da Cruz Pires

Vitalzinho Vieira Landim

13.4 Demonstração das Alterações de Capital Próprio

Período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020

Valores em: mECV

RUBRICAS	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do período	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados Transitados		
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	12	130 000	5 141	32 668	79 975	(35 919)	(108 479)	103 386
Resultado líquido do período							41 567	41 567
RESULTADO EXTENSIVO	2							
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Ajustamento por imposto diferidos	3	-	-	-	(1 511)	6 040	-	4 529
OUTRAS OPERAÇÕES								
Correções relativas a períodos anteriores								
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	-	-	-	(108 479)	108 479	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2019	1+2+3+4	130 000	5 141	32 668	78 464	(138 358)	41 567	149 482
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	130 000	5 141	32 668	78 464	(138 358)	41 567	149 482
RECONHECIMENTO DO PERÍODO								
Resultado líquido do período							76 429	76 429
RESULTADO EXTENSIVO	2							
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Ajustamento por imposto diferidos	3	-	-	-	(4 711)	6 040	-	1 329
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	2 078	-	-	39 489	-	41 567
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2020	1+2+3+4	130 000	7 219	32 668	73 753	(92 830)	76 429	227 239

O Conselho de Administração:

A Contabilista Certificada,

Acefe Fernandes n.º 518

/ Miguel Alcaminha / Ingrida Pires Semedo /

/ Adalgisa Mória Da Cruz Pires /

/ Vitaliano Vieira Landim /

13.5 Anexo às Demonstrações Financeiras de 2020

Período compreendido entre 1 de Janeiro de 2020 e 31 de Dezembro de 2020

INTRODUÇÃO

Constituída sob a forma de Sociedade Anónima e Registo Comercial nº 2291/2007/03/28, a Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV) dedica-se às atividades de edição, publicação, impressão, distribuição, comercialização e venda do Boletim Oficial e outras publicações oficiais previstas na lei. Igualmente, está habilitada, estatutariamente, a exercer outras atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias do seu objeto social.

NOTA 0 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As contas referentes ao período de 2020 foram preparadas a partir dos registos contabilísticos e de acordo com a legislação comercial vigente e as normas estabelecidas pelo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, estabelecido no Boletim Oficial I Serie – Nº 5, de 04 de Fevereiro de 2008 e no Boletim Oficial I Serie Nº 48 de 29 de Dezembro de 2008, em Cabo Verde, visando demonstrar a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira a 31 de dezembro de 2020, dos resultados das suas operações, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período anual terminado na referida data.

Os valores, constantes deste Anexo e que compõem as Demonstrações Financeiras, estão expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação, 26 de julho de 2021.

A. Fernandes

NOTA 1 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas, aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo:

(a) Transações, saldos e fluxos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor, na data da transação. Os ativos e passivos monetários, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Escudos Cabo-verdianos, à taxa de câmbio em vigor à data do Balanço. As diferenças cambiais, resultantes desta conversão, são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados do período, nas rubricas de rendimentos ou gastos, conforme o caso.

(b) Ativos Fixos Tangíveis

(i) Reconhecimento inicial

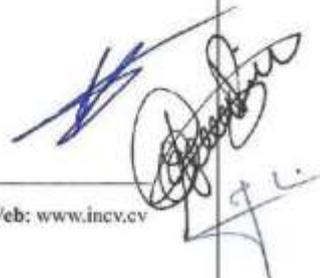
Os elementos incluídos no ativo fixo tangível são valorizados ao preço de aquisição ou pelo valor do custo de produção. O ativo fixo tangível apresenta-se, no Balanço, pelo seu valor de custo, líquido das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

(ii) Depreciações

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui: (a) o montante pago pela aquisição; (b) despesas diretamente relacionadas com o processo de aquisição, transporte e disponibilização do ativo à Empresa; e (c) a estimativa do custo de desmantelamento ou remoção do ativo.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas e quando provocarem uma extensão da vida útil, um aumento da capacidade produtiva, uma melhoria substancial da qualidade dos *outputs*, bem como uma redução substancial dos custos operacionais.

Agostinho



As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos, à medida que forem incorridas, de acordo com o princípio de especialização dos períodos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20-25
Equipamento básico	6-15
Ferramentas e utensílios	5
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	5-12
Equipamento informático	3-5
Outros ativos fixos tangíveis	3-10

(c) Imparidade de ativos

A política da Sociedade é avaliar, em cada data de relato, se há qualquer indício de que, o valor contabilístico de um ativo não financeiro sujeito à amortização ou depreciação, exceda o seu valor recuperável, este entendido como o maior entre o valor realizável deduzido do seu custo de venda e o seu valor de uso.

Um aumento da quantia escriturada de um ativo fixo tangível, atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade que previamente reconhecida, não pode exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciações) se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida no ativo em anos anteriores.

As perdas por imparidade são reconhecidas como gastos do período de referência do relato.

(d) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são reconhecidos, inicialmente, pelo seu justo valor, incluindo os custos de transação incorridos e são, posteriormente, valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Azefernandes

Os ativos financeiros, que não tenham uma taxa de juro estabelecida, para os quais seja esperado o seu recebimento no curto prazo e cujos efeitos de atualização não sejam considerados significativos, são valorizados pelo seu valor nominal.

(e) Inventários

As matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

Os produtos acabados e intermédios são reconhecidos ao respetivo custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas, subsidiárias e materiais consumidos, o custo da mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico. O custo de produção é inferior ao valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda.

As perdas por imparidade, relacionadas com ajustamentos em inventários relativos às perdas de valor, são reconhecidas nos resultados do período, sendo apresentadas como uma dedução ao ativo (Nota 6).

(f) Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e,
- Exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas e atualizadas com referência à data do Balanço, considerando a informação disponível. A Sociedade não reconhece ativos e passivos contingentes.

Acefernandes



Os passivos contingentes são divulgados, a menos que, a possibilidade de um *Ex fluxo* de recursos que incorporem benefícios económicos, seja remota. Os ativos contingentes são divulgados, quando for provável a existência de um influxo de benefícios económicos.

(g) Reconhecimento do rédito

O rédito compreende os montantes faturados nas prestações de serviços e nas vendas de produtos, líquidos do imposto sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos, e é mensurado ao justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito, proveniente das vendas de bens e prestações de serviços, é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido, para o comprador, os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que, os benefícios económicos associados com a transação, fluam para a Empresa; e
- Os custos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(h) Imposto sobre o Rendimento das pessoas coletivas

O gasto ou ganho de imposto sobre o rendimento compreende tanto os impostos correntes como os impostos diferidos. Os ativos e passivos de imposto sobre o rendimento são mensurados pelos valores que se esperam que sejam recebidos ou pagos, junto das Autoridades Fiscais, de acordo com os regulamentos e taxas de impostos em vigor decretados ou, substancialmente, aprovadas mesmo que pendentes de publicação na data do fecho do período (Lei nº 82/VIII/2016, de 7 de janeiro de 2016, foi publicado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento).

Acefe Fernandes

Os resultados fiscais de 2015 a 2019 (período de 5 anos), quando devidamente fundamentado, podem vir a ser revistos e corrigidos pela Administração Fiscal. A Empresa reconhece os créditos tributários relacionados com bases tributáveis negativas, dado que se espera, num futuro próximo, gerar rendimentos tributáveis positivos que permitam recuperar os créditos fiscais. Nos termos do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRPC), aplicável para as Demonstrações Financeiras até 31 de dezembro de 2020, o reporte fiscal de dedução dos prejuízos é de 7 períodos de tributação posteriores, condicionado ao limite máximo de 50% do respetivo lucro tributável.

O Imposto Diferido é calculado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que, nos termos da referida Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22%, com base no método da responsabilidade de Balanço, sobre as diferenças tributáveis temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

Os impostos diferidos são classificados como não corrente.

(i) Classificação de ativos e passivos: Correntes e Não correntes

A Sociedade apresenta o Balanço, classificando ativos e passivos em correntes e não correntes. Para esse efeito, são considerados, como ativos e passivos correntes, aqueles que cumpram os seguintes critérios:

- Os ativos são classificados como correntes quando se espera que sejam realizados, vendidos ou consumidos, durante o ciclo normal de funcionamento da Sociedade;
- Os passivos são classificados como correntes quando se espera que sejam liquidados no ciclo normal de funcionamento da Sociedade;
- Os passivos financeiros são classificados como correntes quando se espera que sejam liquidados no prazo de doze meses, a contar da data de fecho das contas anuais.

(i) Transações com partes relacionadas

Agostinho



As transações com partes relacionadas, salvo as referentes a combinações de entidades empresariais, são reconhecidas pelo justo valor da retribuição dada ou recebida. A diferença entre este valor e o montante acordado é contabilizado de acordo com a substância económica subjacente.

(k) Políticas e gestão do risco financeiro

As atividades da INCV estão expostas a diversos graus de riscos financeiros: riscos cambiais, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa centra-se na incerteza dos mercados financeiros e procura minimizar os potenciais efeitos adversos sobre a rentabilidade financeira da Empresa.

a. Risco cambial

A INCV não possui risco em operações cambiais. As operações, denominadas em moeda estrangeira são, essencialmente, com fornecedores e são realizadas em Euros. Existe uma paridade cambial fixa do Escudo face ao Euro.

b. Risco de crédito

A Empresa não possui concentrações significativas de risco de crédito. As vendas aos clientes, essencialmente ao Estado, são feitas a crédito ou a pronto pagamento. As operações financeiras somente são efetuadas com instituições financeiras internacionalmente reconhecidas. A Empresa dispõe de políticas para limitar os riscos incorridos com qualquer instituição financeira.

O cálculo de imparidade das dívidas de clientes implica um elevado grau de julgamento para a Administração e a revisão de saldos individuais, com base na qualidade de créditos aos clientes, tendências atuais do mercado e análises históricas da dívida a nível individual e agregado.

Leopoldo

c. Risco de liquidez

A INCV leva a cabo uma gestão prudente do risco de liquidez, baseada na manutenção de um nível mínimo de caixa e disponibilidades de financiamento, através de um montante suficiente de facilidades de créditos autorizados e capacidade bastante para liquidar posições no mercado.

d. Risco de taxa de juro

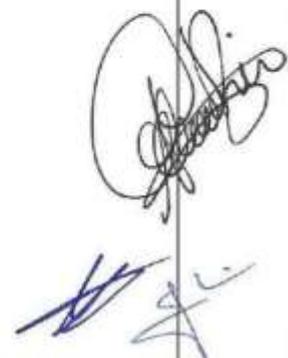
A INCV financia-se junto do mercado bancário em Cabo Verde. Estes financiamentos são remunerados à taxa de juro de mercado, eventualmente acrescidos de *spreads* bancários, calculados com base na média da taxa Euribor a 6 meses (cuja taxa diretora do Banco Central Europeu tem-se mantida em mínimos históricos).

NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA

Na preparação e divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos líquidos. Os montantes, incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser, imediatamente, mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	25 329	18 425
Fluxo de Caixa das Atividades Investimento	(812)	(14 585)
Fluxo de Caixa das Atividades financiamento	(12 039)	(11 980)
Variação de caixa e seus equivalentes	12 477	(8 140)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período (a)	32 257	40 398
Caixa e seus equivalentes no fim do período (b)	44 734	32 257
Variação de Caixa e seus Equivalentes (a e b)	12 477	(8 140)
	38,7%	-20,2%

Acefanandes



NOTA 3 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, durante os anos de 2020 e 2019, são analisados como se segue:

DESCRICÃO	mESC							TOTAL GERAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANG.		
POSIÇÃO A 1 DE JAN. DE 2019								
Valor de aquisição	22 247	99 668	124 210	12 891	8 954	2 274	270 144	
Depreciação acumulada	-	(38 533)	(96 783)	(10 651)	(7 555)	(1 782)	(156 344)	
Valor Escriturado	22 247	63 134	24 427	2 240	1 399	492	113 800	
VARIAÇÕES EM 2019								
Valor líquido inicial	22 247	63 134	24 427	2 209	1 399	492	113 800	
Aquisições	-	-	-	4 770	-	-	4 770	
Investimentos em curso	-	2 475	-	-	-	-	2 475	
Depreciação do Exercício	-	(3 935)	(4 916)	(690)	(488)	(91)	(10 000)	
Valor Líquido	22 247	61 614	19 611	6 290	811	401	110 965	
POSIÇÃO EM 31 DE DEZ. DE 2019								
Valor de aquisição	22 247	102 143	124 210	17 651	8 854	2 274	277 389	
Depreciação acumulada	-	(40 528)	(104 588)	(11 381)	(8 043)	(1 873)	(166 424)	
Valor Escriturado	22 247	61 615	19 611	6 270	811	401	110 966	
VARIAÇÕES EM 2020								
Valor líquido inicial	22 247	61 614	19 611	6 280	811	401	110 965	
Aquisições	2 457	-	-	-	150	41	2 648	
Investimentos em curso	-	588	-	-	-	-	588	
Depreciação do exercício	-	(3 955)	(4 754)	(1 152)	(495)	(90)	(10 403)	
Valor Líquido	24 704	58 208	14 857	5 128	466	346	103 709	
POSIÇÃO EM 31 DE DEZ. DE 2020								
Valor de aquisição	24 704	102 731	124 210	17 651	9 004	2 318	280 629	
Depreciação acumulada	-	(44 523)	(108 353)	(12 523)	(8 538)	(1 970)	(176 916)	
Valor Escriturado	24 704	58 208	14 857	5 128	466	346	103 709	

Acção

As rubricas de Terrenos, Edifícios e Equipamentos são compostas por: um edifício em Achada Gar Fronte e os equipamentos de produção pertencentes à Sociedade, necessários à atividade operacion

NOTA 4 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos na rubrica de Propriedades de Investimento, bem como nas respetivas depreciação durante os anos de 2020 e 2019, são detalhados como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC		
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO 2019			
Valor de aquisição	30 000	204 631	234 631
Depreciação acumulada	-	(59 949)	(59 949)
Valor Escriturado	30 000	144 682	174 682
VARIAÇÕES EM 2019			
Valor líquido inicial	30 000	144 682	174 682
Aquisições	-	-	-
Depreciação do Exercício	-	(8 185)	(8 185)
Valor Líquido	30 000	136 497	166 497
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
Valor de aquisição	30 000	204 631	234 631
Depreciação acumulada	-	(68 134)	(68 134)
Valor Escriturado	30 000	136 497	166 497
VARIAÇÕES EM 2020			
Valor líquido inicial	30 000	136 497	166 497
Aquisições	-	-	-
Depreciação do exercício	-	(8 185)	(8 185)
Valor Líquido	30 000	128 312	158 312
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020			
Valor de aquisição	30 000	204 631	234 631
Depreciação acumulada	-	(76 319)	(76 319)
Valor Escriturado	30 000	128 312	158 312

Acefernandes



NOTA 5 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica de ativo intangível, bem como nas respetivas amortizações, durante os anos de 2020 e 2019, são referenciados da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC		
	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO 2019			
Valor de aquisição	2 123	1 053	3 176
Depreciação acumulada	(2 096)	(1 053)	(3 149)
Valor Escriturado	27	(0)	27
VARIAÇÕES EM 2019			
Valor líquido inicial	27	(0)	27
Aquisições	3 168	-	3 168
Investimentos em curso	3 600	-	3 600
Correções Dep. acumulada	-	-	-
Depreciação do Exercício	(299)	-	(299)
Valor Líquido	6 496	(0)	6 496
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
Valor de aquisição	8 890	1 053	9 943
Depreciação acumulada	(2 394)	(1 053)	(3 447)
Valor Escriturado	6 496	(0)	6 496
VARIAÇÕES EM 2020			
Valor líquido inicial	2 896	-	2 896
Aquisições	-	-	-
Investimentos em curso	3 600	-	3 600
Correções Dep. acumulada	-	-	-
Depreciação do exercício	(1 056)	-	(1 056)
Valor Líquido	5 440	-	5 440
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020			
Valor de aquisição	8 891	1 053	9 944
Depreciação acumulada	(3 451)	(1 053)	(4 504)
Valor Escriturado	5 440	(0)	5 440

Acção

NOTA 6 – INVENTÁRIOS

Esta conta é discriminada conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Mercadorias (i)	229	320
Produtos acabados e semiacabados (ii)	7 975	7 337
Variação nos inventários de produção	639	(480)
Matérias primas, subsidiárias e de consumo (+ E)	(32 382)	(45 520)
Compras (Matérias-primas, Sub. E de Consumo (+)	7 147	13 520
Matérias primas, subsidiárias e de consumo (- Ef) (iii)	(29 305)	(32 382)
Total (Ef)	(29 305)	(32 382)
Menos:		
Imparidade (iv)	(2 463)	(2 463)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	26 841	29 919

(i) A rubrica de Mercadoria inclui um conjunto de três livros (Obras literárias) adquiridos à Imprensa Nacional Casa da Moeda para comercialização, livros estes impressos no âmbito da 2ª edição do Prémio literário Arnaldo França instituído pela parceria entre a INCM e INCV.

A variação verificada em 2020, deve-se às ofertas ao Autor do Livro e vendas.

(ii) Os produtos acabados, comercializados pela INCV, são compostos por impressos (alvarás, cédulas, cadastros, verbetes, pedidos de certificados de registo, pedidos de averbamento, etc.), livros diversos, compêndio de legislação avulsa e conexa, livros de ponto, entre outros. Foram, invariável e uniformemente, valorizados ao custo padrão de 80% do valor de realização líquida. A Sociedade não possui um apropriado sistema de contabilidade de gestão que permita, com razoabilidade, cálculos internos dos custos de produção, para efeito de valorização dos produtos acabados e intermédios em armazém. Esta rubrica inclui produtos acabados de difícil rotação e com algum grau de obsolescência.

(iii) A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, inclui, essencialmente, papéis autocopiativos, papel *couché*, papel cartolina, tintas, envelopes, chapas, arame, embalagem de líquido *sc wash*, etc. Os gastos com as matérias-primas e subsidiárias referem-se ao consumo das

Assessoria

[Handwritten signatures]

mesmas no processo de fabrico, designadamente: de Boletim Oficial, Impressos, Livros, Revistas, Manuais, entre outros.

- (iv) Não foi efetuado qualquer teste de imparidade em inventários que permite proceder ao ajustamento dos inventários e obter razoável certeza de que, o valor evidenciado no Balanço, é realizável e apropriado.

NOTA 7 – CLIENTES

Esta rubrica é decomposta da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Ministério da Justiça e Trabalho	40 112	5 173
Gabinete Primeiro Ministro	33 522	20 230
Ministério das Finanças e Administração Pública	22 423	11 051
Outras Empresas	19 108	19 954
Outros clientes (Pequenos valores)	16 064	2 735
Assembleia Nacional de Cabo Verde	9 367	10 793
IINFORPRESS- Jornal Horizonte	6 335	6 545
Escolas do Ens. Bás, Sec.e E Universidades	5 407	6 220
Restantes Câmaras Municipais	5 214	5 536
Tribunal Constitucional	4 592	19
EME - Marketing, Lda	3 056	3 075
Banco Comercial do Atlântico	2 688	2 480
Câmara Municipal da Praia	2 636	5 355
Jornal A Semana	2 511	2 511
DIKOR	2 232	2 232
Ministério da Economia e Emprego	1 555	1 593
Órgãos de Soberania e Autónoma	1 395	12 144
TACV, S.A.	1 267	1 267
CNE - Comissão Nacional de Eleições	1 197	0
Ministério de Saúde e Segurança Social	1 185	3 960
CTT - Correios de Cabo Verde	1 131	1 131
Publicom, Lda	1 063	1 063
Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.	1 050	1 839
Instituto Nacional de Gestão do Território	960	438
Minist da Educação, Família e Inclusão Social	841	1 352
Ministério da Administração Interna	669	1 190
NOSI	549	2 014
Subtotal:	188 129	131 899
Menos:		
Perdas por imparidade acumuladas	(4 489)	(4 489)
TOTAL	183 639	127 410
Adiantamento de Clientes (i)	(17 261)	(13 812)
TOTAL	166 378	113 598

- (i) O saldo registado nesta conta inclui alguns depósitos efetuados nas contas de Depósito à Ordem da Imprensa Nacional nos anos anteriores não identificados no processo de

reconciliação bancária e que são reconhecidos no final do ano como adiantamentos de clientes.

No período de referência de relato, não se procedeu a qualquer movimentação na rubrica de perdas por imparidade acumuladas de clientes, conforme se atesta o quadro acima.

NOTA 8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica é composta e discriminada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Passivo		
Não Correntes		
Contribuições p/ Segurança Social (i)	43 234	46 834
Estado e Outros Entes Públicos - Passivo (ii)	79 510	78 478
Sub-total - Não Correntes	122 744	125 312
Correntes		
Estado e Outros Entes Públicos - Passivo	15 253	7 385
IRPC / 2019 - Estimado	10 331	5 454
sub-total - Correntes	25 585	12 839
Total - Estado e Outros Entes Públicos	148 328	138 152
Total - Estado e Outros Entes Públicos Líquido	0	0
Decomposição dos saldos (Passivo Corrente)		
IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado	9 441	2 205
Contribuições para a Previdência Social	5 813	4 843
IRPS -Trabalho Dependente	0	328
IRPS -Trabalho Independente	0	9
IRPS -Prediais	0	0
TOTAL	15 253	7 384

(i) Contribuições para a Segurança Social

O saldo representa o montante das contribuições retidas pela Sociedade e que não foram remetidas à respetiva instituição gestora de segurança social dos trabalhadores, montante este que vem sendo amortizado através de memorando entre as partes desde de fevereiro de 2014.

(ii) Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Corresponde às dívidas de impostos antigos por regularizar e ajustar com o Ministério das Finanças e Administração Pública, conforme os protocolos de encontro de contas assinado em dezembro de 2016 e em março de 2018.

Até a data do balanço a Sociedade não recebeu nenhuma notificação das Autoridades Fiscais.

NOTA 9 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Os saldos destas rubricas resumem-se conforme detalhe abaixo:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Saldos Devedores		
Serviço Nacional de Proteção Civil (i)	22 560	22 560
Pessoal (Adiantamento de salários e Outras operaç.)	63	157
Outros de valor reduzido	36	36
TOTAL - Outras Contas a Receber	22 659	22 753
Saldos Credores		
Acréscimos de gastos c/ pessoal (Férias e Sub. de Férias)	5 753	6 063
Outros de valor reduzido	712	5 700
TOTAL - Outras Contas a pagar	6 465	11 763

- (i) Refere-se ao arrendamento de dois Armazéns em Achada Grande Frente - Praia ao Serviço Nacional de Proteção Civil. A ocupação dos dois Armazéns pelo Serviço Nacional da Proteção Civil foi objeto de um processo judicial em janeiro de 2012, do qual resultou uma Declaração de compromisso em fev./2012 e um Memorando de entendimento assinado em dez./2018.

NOTA 10 – DIFERIMENTOS

Esta rubrica resume-se como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Diferimentos Ativos		
Gastos a reconhecer (Juros do acordo com o INPS)	1 964	1 964
Seguros de viatura	135	270
Quotizações -2020 (CCISS)	0	77
TOTAL - Diferimentos ativos	2 099	2 310

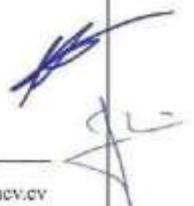
Agostinho

NOTA 11 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	<i>mESC</i>	
	2020	2019
Caixa		
Valor por depositar	59	481
Fundo Fixo	2	0
Subtotal - Caixa	60	481
Depósito a Prazo		
° Banco Comercial do Atlântico	760	760
Subtotal - Dep. A Prazo	760	760
Depósito Consórcio		
° Banco Comercial do Atlântico	0	0
Subtotal - Dep. A Prazo	0	0
Depósitos à ordem		
° Banco Comercial do Atlântico	21 015	22 310
° Banco Africano de Investimentos	9 912	4 867
° Caixa Económica de Cabo Verde	5 694	1 489
° Banco Interatlântico	4 112	929
° Banco Caboverdiano de Negócios	1 368	584
° International Investment Bank (IIB)	943	0
° ECOBANK	871	836
Subtotal - Bancos	43 913	31 015
TOTAL	44 734	32 257

Acção

NOTA 12 – CAPITAL PRÓPRIO

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Cap. Social, Reservas e Outras Rub. do Cap. Próprio		
Capital Realizado	130 000	130 000
<i>Capital social subscrito</i>	130 000	130 000
Excedentes de Revalorização	73 753	78 464
Outras reservas	32 668	32 668
Reservas Legais	7 219	5 141
Resultado líquido do período	76 429	41 567
Resultados Transitados	(92 830)	(138 358)
TOTAL	227 239	149 482

- CAPITAL REALIZADO

O Capital Social da INCV, S.A., a 31 de dezembro de 2020, corresponde a 130.000 ações nominativas de valor nominal de 1.000 ECV cada uma, totalmente subscritas e realizado pelo Estado de Cabo Verde, detidas através da Direção Geral do Tesouro.

- RESERVAS LEGAIS

As Reservas Legais só podem ser utilizadas para cobertura de prejuízos acumulados e aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2020, ascendiam a mESC 7.219 (2019: mESC 5.141). O aumento de 40% verificado em 2020 deve-se à aplicação de Resultados de 2019, conforme a ata da Assembleia Geral.

- EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

O montante desta rubrica é de mESC 73.753 (2019: mESC 78.464) representa o valor do excedente de revalorização não realizado dos Edifícios Armazém da Achada Grande e Edifício situado no *Plateau*, efetuados em 2008 e 2009, respetivamente, e reconhecidos em 2011.

- RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 dezembro 2020, os Resultados Transitados ascendiam a mESC 92.830 (2018: mESC 138.358). A diminuição de 33% deve-se à cobertura de prejuízos dos não anteriores.

Acefernandes

NOTA 13 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Empréstimos Bancários	45 321	52 961
Passivo Não Corrente (2011)	37 663	43 802
Passivo Não Corrente (2013)	7 658	9 159
Locações Financeiras	1 301	2 288
Passivo Não Corrente (2017)	0	430
Passivo Não Corrente (2019)	1 301	1 858
Subtotal	46 622	55 249
Empréstimos Bancários	7 578	7 047
Passivo Corrente (2011)	6 139	5 743
Passivo Corrente (2013)	1 439	1 304
Locações Financeiras	1 027	1 213
Passivo Corrente (2017)	433	615
Passivo Corrente (2019)	594	597
Sub-total	8 605	8 259
TOTAL	55 227	63 508

(i) Banco Comercial do Atlântico – financiamento de mESC 84.000

O saldo de mESC 43.802, respeitante a um empréstimo obtido em 14 de outubro de 2011 para a conclusão das obras de remodelação e expansão do edifício onde funciona a Sede, sito no *Plateau*. Vence juros à taxa de juro nominal de 6,9% ao ano, acrescida de um *spread* fixo de 0,2291 por cento, correspondente ao BCAINDEX seis meses. É amortizado em 180 (cento e oitenta) prestações mensais de capital e juros de mESC 741, com início em julho de 2014 e término em dezembro de 2026.

Para afiançar o reembolso do empréstimo, nas condições e prazos contratados, a Sociedade aceitou o reforço de hipoteca sobre um prédio urbano situado no *Plateau* – Praia, com valor matricial de mESC 145.000.

Acefasanandes

[Handwritten signature]

(ii) Banco Comercial do Atlântico – financiamento de mESC 16.731

O saldo de mESC 9.097, corresponde a um reforço de crédito no valor de mESC 16.731, de acordo com o contrato rubricado em 5 de fevereiro de 2013, destinado à liquidação das faturas dos trabalhos a mais do edifício onde funciona a Sede. Vence juros a uma taxa indexada à taxa de cedência de liquidez do Banco de Cabo Verde, de 8,75%, acrescida de um *spread* de 1%, variável em função das flutuações do indexante. É amortizado em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais de capital e juros de mESC 183, com início em janeiro de 2012 e término em janeiro de 2027.

Para garantir a restituição do empréstimo, nas condições e prazos contratualizados, a Sociedade aceitou constituir 2 (duas) hipotecas sobre um prédio urbano situado no *Plateau* – Praia, com valor matricial de mESC 145.000.

(iii) Banco Comercial do Atlântico – Locação Financeira (1) mESC 3.300

O saldo de mESC 433 corresponde a um financiamento em Leasing de uma viatura no valor de mESC 3.300, de acordo com o contrato rubricado em 22 de julho de 2017, destinado à aquisição de uma viatura zero Km para o Administrador Executivo da INCV. Vence juros a uma taxa indexada ao BCAINDEX 6M, acrescida de um *spread* que perfaça a taxa de 7%, variável, semestralmente, de acordo com as flutuações do indexante. É amortizado em 60 (sessenta) prestações mensais de capital e juros, sobre o qual incide o IVA em vigor (15%) de mESC 63.723, com início a 22 de novembro de 2017 e término a em julho de 2021;

(iv) Banco Comercial do Atlântico – Locação Financeira (2) mESC 3.069

O saldo de mESC 1.895 corresponde a um financiamento em Leasing de uma viatura no valor de mESC 3.069, de acordo com o contrato rubricado 4 de dezembro de 2019, destinado à aquisição de uma viatura zero Km para o Presidente do Conselho de Administração da INCV. Vence juros a uma taxa indexada ao BCAINDEX 6 meses, acrescida de um *spread* que perfaça a taxa de 6%, variável, semestralmente, de acordo com as flutuações do indexante. É amortizado em 48 (Quarenta e oito) prestações mensais de capital e juros, sobre o qual incide o IVA em vigor (15%) de mESC 66.032, com início a 19 de dezembro de 2019 e término a dezembro de 2023;

deformandes

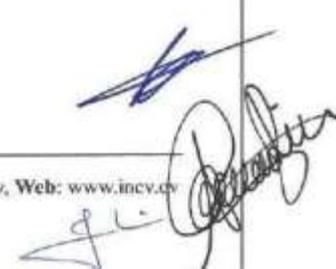
[Handwritten signature]
45

NOTA 14 – FORNECEDORES

A decomposição do saldo desta rubrica é evidenciada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
LUSANA - Comércio Internacional	1 451	0
Outros (<i>Valores individuais reduzido</i>)	1 397	1 753
TACV, S.A.	846	846
Câmara Municipal da Praia	788	2 364
BONAKO, SA	745	745
GRAFOPEL	427	206
PUBLICOM - Marketing & Pub., Lda	318	318
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	273	8 451
FM - Fernando Macieira, Lda	269	0
EME - Marketing, Lda	260	260
Gráfica da Praia	231	0
ELECTRA SUL, SARL	154	203
NOSI	110	55
TECNICIL Indústria - Soc. Unip., S.A	109	60
CV Telecom	99	101
Tipografia Santos	54	54
Prime Consulting, S.A.	47	70
INFORSAL. Informática & Telecomunicações	5	109
CAVEX - Trade e Sourcing, Lda	0	2 659
Scryptus_1	0	330
Subtotal:	7 582	18 583

A rubrica de fornecedores conta corrente compreende os fornecedores locais que prestam serviços à Sociedade como aquisição de matérias-primas, marketing, rendas e alugueres, transportes marítimos e terrestres, materiais e serviços de conservação e reparação, deslocações e estadias e outros fornecimentos para o normal funcionamento da mesma.



NOTA 15 – PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Passivos por Impostos Diferidos		
Passivos por impostos diferidos	20 810	22 139
Subtotal - Passivos por Impostos	20 810	22 139

O valor de 20.810 mESC escriturado na rubrica *Passivos por impostos diferidos* corresponde ao remanescente da parcela de 22% calculada sobre o valor do excedente da revalorização do Armazém da INCV em Achada Grande, e do edifício da INCV no Platô, efetuada em 2008 e 2009, respetivamente, e que vai sendo reduzido sucessivamente à medida que o valor da revalorização vai sendo amortizado.

NOTA 16 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas de produtos acabados e prestações de serviços, efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, distribuem-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Vendas		
Trabalhos diversos com direito à dedução	54 679	51 247
Produtos - Venda-a-dinheiro Isento	1 607	3 170
Devoluções de venda	0	(9)
Subtotal	56 285	54 408
Prestação de serviços		
Publicações no Boletim Oficial	113 005	86 730
Rateio - empresas no dia	2 602	3 748
Assinatura de Boletim Oficial	15	69
Subtotal	115 622	90 548
TOTAL	171 908	144 955

A. Fernandes

[Handwritten signatures]

NOTA 17 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Conservação e Reparação (i)	4 606	2 085
Eletricidade (ii)	2 213	2 973
Limpeza, Higiene e Conforto (iii)	1 518	640
Materiais & Serviços Informáticos (iv)	1 256	913
Comunicação	1 246	1 289
Vigilância e Segurança	1 189	0
Prestação de Serviços	710	1 423
Combustíveis e Outros Fluidos	561	886
Outros Fornecimentos e Serviços	499	965
Água	487	546
Deslocações e Estadas	468	1 174
Seguros	374	223
Material de escritório	282	359
Honorários	215	184
Serviços bancários	120	252
Publicidade de Propaganda	63	287
Contencioso e Notariado	18	0
Rendas e Alugueres	3	452
TOTAL	15 828	14 651

(i) Conservação e Reparação

Os saldos destas rubricas incluem, essencialmente, gastos do período destinados à manutenção dos ativos da Sociedade, pelo consumo de peças de reposição, outros materiais, serviços de conservação de veículos, de equipamentos básicos e administrativos.

(ii) Eletricidade

Esta conta corresponde ao total dos gastos com o consumo de eletricidade na Sede durante todo o ano, sito em Achada Grande Frente.

(iii) Limpeza, Higiene e Conforto

Esta rubrica incorpora, basicamente, os gastos relativos aos serviços de Limpeza, Higiene e Conforto prestado por terceiros no cumprimento da missão empresarial. O valor acima referido, para alo valor do

Assinatura

Assinatura

honorário mensal pago à Salvagem pela prestação de serviço, inclui os materiais de higiene e segurança adquiridos no âmbito do combate à COVID – 12.

(iv) Materiais e Serviços Informáticos

Esta rubrica incorpora, basicamente, ao total dos gastos relativos ao consumo mensal de serviços informáticos prestados pelo NOSI e pela PRIME pela empresa no cumprimento da sua missão.

NOTA 18 – GASTOS COM O PESSOAL

O saldo correspondente a esta rubrica é demonstrado conforme detalhe abaixo:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Ordenados	31 169	31 114
Remunerações dos corpos gerentes	6 259	6 540
Encargos sobre remunerações	6 041	6 564
Outras despesas com o pessoal	988	2 316
Gastos de Acção Social	795	6
SOAT	184	195
Ajudas de Custos dos corpos gerentes	83	368
Senhas - Assembleia Geral	57	57
Remunerações adicionais	0	7
Indeminizações	0	26
TOTAL	45 575	47 192
Número de empregados	59	63
Número médio de empregados	61	64

A variação negativa dos gastos com o pessoal de, aproximadamente, 3,43% deve-se à entrada para Reforma por Velhice de dois colaboradores integrados na lista de Reforma Antecipada.

Acefermandes

NOTA 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Outros Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos em propriedades investimento (i)	15 600	15 600
Outos rendimentos	1 249	2 227
Rendimentos Outros prédios urbanos	0	0
TOTAL	16 849	17 827

- (i) Corresponde ao arrendamento do imóvel da antiga Sede, no *Plateau*, ao Ministério da Finanças e Administração Pública.

NOTA 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica é analisada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Outros Gastos e Perdas		
Multas e Outras penalidades Fiscais	3 439	0
IUP - Imposto Único sobre Património	825	788
Outros gastos de valor individual e reduzido	726	509
Correções Relativas a Períodos Anteriores	184	407
Impostos Selo	171	128
TOTAL	5 345	1 833

Acção Fernandes

NOTA 21 – JUROS E PERDAS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e perdas similares respeitam essencialmente a gastos com financiamentos obtidos (ver Nota 13).

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Ganhos e Rendimentos		
Juros e Perdas Similares Suportados	4	33
Subtotal	4	33
Perdas e Gastos		
Juros e Gastos similares suportados	(5 878)	(5 473)
Subtotal	(5 878)	(5 473)

NOTA 22 – IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Rendimentos	188 761	162 815
Gastos	(102 000)	(115 784)
Resultado antes de impostos	86 761	47 031
Correções fiscais (Acréscimo)	4 484	1 254
Correções fiscais (Deduções)	-	-
Gastos fiscalmente inaceitáveis	4 484	1 254
Estimativa de matéria coletável	91 244	48 285
Dedução prejuízo fiscal	(45 622)	(24 143)
Resultado fiscal	45 622	24 143
IRPC do exercício (22%+2% incendio)	10 238	5 418
Tributação Autónoma	94	47
Imposto estimado	10 332	5 464
Retenção na fonte	(1)	(10)
IMPOSTO A PAGAR	10 331	5 454

defernandes

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

NOTA 23 - PROVISÕES

O Decreto-Lei n.º3-2018, de 9 de janeiro de 2019 regula o regime de aposentação antecipada especial dos trabalhadores da INCV. De acordo com o n.º1 do artigo 7º do referido diploma, os encargos com as pensões de aposentação antecipada são assumidos pela INCV, a qual cabe, ainda participar com as contribuições a seu cargo destinadas ao financiamento do sistema de previdência e devidas em relação a cada um dos 21 (vinte e um) trabalhadores beneficiados.

A provisão para o programa de pré-reforma por mútuo acordo representa o valor descontado dos encargos totais com a pré-reforma dos referidos 21 (Vinte e um) trabalhadores da INCV. A taxa de desconto utilizada foi de 6,9%, correspondente à taxa média dos financiamentos obtidos pela Sociedade, nos últimos anos. Os pagamentos futuros, incluindo os descontos anuais, são apresentados no quadro a seguir:

Reestruturação do pessoal-Programa Pré-reforma por mutuo acordo					
Ano	2020		2019	2018	
	Valor a pagar	Desconto	Valor a Descontar	Valor Descontado	Valor Descontado
2019					19 125 841
2020				16 136 568	16 136 568
2021	17 356 432	3 148 615	14 207 817	14 207 817	14 207 816
2022	16 352 720	3 692 726	12 659 994	12 659 994	12 659 994
2023	14 434 294	4 094 616	10 339 678	10 339 678	10 339 678
2024 e seguintes	60 793 729	25 107 957	35 685 772	35 685 772	35 685 772
	108 937 174	36 043 913	72 893 261	89 029 829	108 155 669

NOTA 24 – ACRÉSCIMOS

Os acréscimos e diferimentos, em 2020 e 2019, encontram-se divulgadas nas notas 9 e 10.

A diminuição de 5,6% nos Acréscimos de Gastos com o Pessoal deve-se, fundamentalmente, à uma rescisão de contrato e suspensão do Subsídio de Férias aos membro do Conselho de Administração (Administradores executivos), conforme o Decreto-lei n.º25/2017 de 29 de maio.



NOTA 25 – GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS

Esta rubrica é analisada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2020	2019
Inventário inicial	32 311	45 520
Compras	7 147	13 520
Inventário final	(29 305)	(32 382)
Gastos c/ Matérias-prima e Subsidiárias	10 153	26 658
Gastos com mercadorias Vendidas	50	0
Outros produtos de consumo		
Sub-contratos relacionados c/ a produção	76	934
Imparidade de Matérias-primas	(2 463)	(2 463)
TOTAL	10 278	27 592

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

1. À parte as transações com os setor público administrativo, com as Câmaras Municipais e com a Direção Geral das Contribuições e Impostos, não existem outras transações de realce com o acionista Estado, em particular (Ver NOTAS: 7;8;9;16;19 e 22).

2. Não existem transações entre a Sociedade e os titulares dos Órgãos Sociais da Entidade.

NOTA 27 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não foi identificada nenhuma, para além do Relatório de Gestão e a composição dos Órgãos Sociais.

NOTA 28 – OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Em abril de 2018, foi retificado o acordo de pagamento da dívida, por contribuições em atraso, com o Instituto Nacional de Previdência Social, em que, a Sociedade, compromete-se a pagar o remanescente à data, no montante de mESC 54.770, referente ao total de contribuições em dívida.

2. O remanescente da dívida acima referida será amortizada em: **(a)** *mESC* 10.800, em 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira prestação em 30 de março de 2018 e a última em 28 de março de 2021; e **(b)** o remanescente da dívida *mESC* 45.933 em 84 (oitenta e quatro) prestações iguais, mensais e consecutivas, no montante de *mESC* 546,8 vencendo a primeira prestação em 30 de Abril de 2021 e a última em 28 de março de 2028.

NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em abril de 2021 foi rubricado um Memorando de Encontro de Contas entre a INCV e Direção Geral das Contribuições e Impostos no valor de **mECV 64.156** envolvendo as Dívidas fiscais de INCV para com o Ministério das Finanças e as dívidas de Alguns Ministérios para com a Imprensa Nacional com referência a 31 de dezembro de 2020.

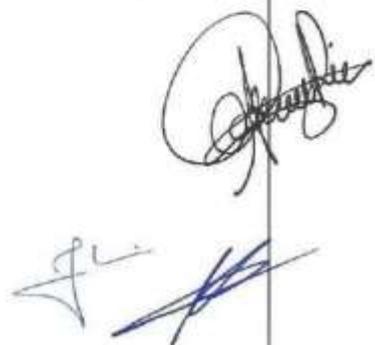
Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer outro acontecimento, além dos descritos nos parágrafos acima, que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

Acq. em anexo n.º 518




ANEXOS

Acefernandes

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large circular mark and a stylized signature.

REUNIÃO DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

ATA nº 07/2021

Dia: 29 julho de 2021

Hora: 15:00 horas

Local: Instalações da INCV em Achada Grande frente

Presenças:

- Presidente do C.A., Dr. Miguel Ho Chi Mini Semedo
- Administradora Executiva, Dra. Adalgisa Márcia Pires
- Administrador não Executivo, Dr. Vitalzinho Landim
- Fiscal Único, Dr. Bruno Lopes

Ordem do dia:

- **Ponto 1:** Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício do ano 2020, para serem apresentados à Assembleia-Geral.
- **Ponto 2:** Aprovar a Proposta de Aplicação do Resultado do Exercício do ano de 2020, a ser apresentada à Assembleia-Geral.

Após a discussão da ordem do dia e ao abrigo das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho de Administração **proferiu, por unanimidade dos Administradores presentes**, as seguintes deliberações:

- Em relação ao ponto um, aprovar o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício do ano 2020;

- Quanto ao ponto dois, nos termos do artigo 254º e do artigo 41, nº 1, do Código das Sociedades Comerciais, aprovar a seguinte Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício do ano de 2020 no valor de mECV 76 429, a ser apresentada à Assembleia-Geral:



- Reserva Legal mECV 3 821
- Resultados Transitados mECV 72 607

Não havendo mais nada a tratar, a reunião deu por encerrada às 16:00 horas.

O Presidente do Conselho de Administração

A Administradora Executiva

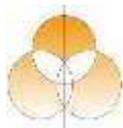
/Miguel Semedo/

/Adalgisa Pires/



O Administrador Não Executivo

/Vitalzinho Landim/



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exmo. Acionista e Conselho de Administração da
INCV-Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA

Opinião com reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras da INCV-Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA ("INCV" ou "Sociedade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da INCV em 31 de dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro de Cabo Verde.

Bases para a opinião com reservas

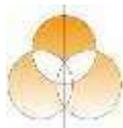
3. Não obtivemos confirmação externa e não pudemos confirmar por meios alternativos as dívidas da maioria dos clientes da Sociedade, constituída por serviços públicos, pelo que não pudemos certificar o valor escriturado da conta Clientes, constante do ativo do balanço, deduzido do saldo credor relativo a pagamentos de clientes, não identificados, constante do passivo, no montante líquido de 166.378 contos.

4. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional da Ordem dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

5. Chamamos a atenção para as seguintes divulgações no Anexo:

5.1. A Nota 23 do Anexo faz menção a um programa de reforma antecipada, por mútuo acordo, ao abrigo do Decreto-Lei nº 3/2018 de 9 de janeiro de 2018, o qual abrangeu 21 trabalhadores da INCV, em que os encargos com as pensões de aposentação antecipada ficam a cargo da Sociedade, à qual cabe, ainda, participar para o sistema de previdência social em relação aos trabalhadores beneficiados pelo programa. Foi constituída uma provisão para o programa de reforma antecipada, por mútuo acordo, pelo valordescontado dos encargos totais com o referido programa, cuja cifra é de 72.893 contos, no final do exercício de 2020. Os pagamentos futuros, incluindo o montante anual descontado, estão divulgados na supracitada Nota do Anexo. A nossa opinião não é modificada no que respeita a esta matéria.



5.2. A Nota 29 do Anexo refere que desde a data do fecho das contas até a presente data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas, que seja digna de menção, exceto que a 11 de Março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde uma situação de pandemia mundial devida ao coronavírus SARS-CoV-2, causador do COVID-19, situação que permanece em 2021. A INCV não consegue quantificar os efeitos da pandemia na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa futuros, admitindo no entanto que a continuidade de exploração da Sociedade não se encontra em causa. A nossa opinião não é modificada no que respeita a esta matéria.

Outras informações distintas das demonstrações financeiras e respetivo relatório do auditor

6. O Conselho de Administração da INCV é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Sociedade, de acordo com o Estatuto e nos termos estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

7. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.

8. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

9. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades pelas demonstrações financeiras

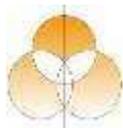
10. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

11. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

12. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

13. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

14. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

14.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

14.2. Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

14.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

14.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

14.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

15. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 28 de Julho de 2021

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por
Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Relatório da Atividade do Fiscal Único

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos e na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o relatório sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A. (INCV), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da empresa, nomeadamente, (i) tomámos conhecimento das principais decisões do Conselho de Administração, lavradas em atas de reuniões desse órgão, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos, (ii) verificámos a razoabilidade dos registos e documentação contabilística relevante numa base regular, (iii) verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais, (iv) emitimos parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, (v) analisámos o controlo orçamental e acompanhámos a execução do plano de atividades, (vi) procedemos à verificação da razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante, com destaque este ano para levantamentos de procedimentos realizados na Direção Administrativa e Financeira e na área de Recursos Humanos, (vii) participámos da reunião do Conselho de Administração que apreciou o Relatório e Contas referente ao exercício de 2020, (viii) acompanhamos os trabalhos realizados pelos auditores externos, (ix) verificamos a independência dos auditores externos; (x) analisámos com especial atenção a evolução dos planos do projeto da gráfica de segurança e o processo de pré-reforma de trabalhadores por mútuo acordo e (xi) em resultado de encontros com o Conselho de Administração, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Produção, auditores externos e outros elementos chave, obtivemos todos os esclarecimentos que entendemos necessários e relevantes, numa base regular.

Parecer do Fiscal Único

Procedemos à análise do Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras, incluindo o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Constatámos uma melhoria significativa do resultado líquido, fixando-se nos 76.429 milhares de escudos em 2020, face a 41.567 milhares de escudos em 2019, relacionado sobretudo com o aumento da prestação de serviços em 2020. Efetivamente, o aumento da prestação de serviços reflete, essencialmente, a (i) produção dos boletins de voto para as eleições autárquicas e (ii) publicação de

boletins oficiais em virtude de legislação relacionada com medidas de natureza sanitária e económica para mitigação dos efeitos da pandemia COVID-19.

Apraz-nos constatar que o ano de 2020 fica também marcado pela continuação de diligências do Conselho de Administração no sentido de criação das condições para materialização do projeto da gráfica de segurança, objetivo ambicioso e de suma importância para a INCV e para Cabo Verde.

Inteiramo-nos dos trabalhos desenvolvidos pelo Auditor Independente e apreciamos o respetivo relatório, com o qual concordamos. Verificámos que o relatório apresenta (i) uma reserva relativa à impossibilidade de obtenção de confirmação de saldos de Clientes no montante líquido de 166.378 milhares de escudos e (ii) duas ênfases relativas à incerteza do impacto da pandemia COVID-19 e ao reconhecimento em 2018 dos encargos relacionados com o processo de pré-reforma de trabalhadores.

Efetivamente, em relação às duas ênfases, (i) admitimos que o impacto imediato da pandemia COVID-19 na INCV não tem sido crítico, enquanto (ii) os encargos com o processo de pré-reforma de 21 trabalhadores, bem reconhecidos em 2018, carecem de clarificação adicional em matéria fiscal.

No desenvolvimento da nossa função fiscalizadora, verificámos que:

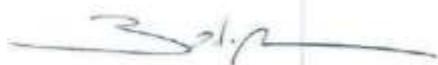
- (i) as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- (ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- (iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos;
- (iv) a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições contratuais, legais e estatutárias.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o nosso parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral. Nestes termos, somos do parecer que:

- (i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
- (ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- (iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

Cidade da Praia, 30 de julho de 2021

O Fiscal Único



Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes
Auditor Certificado nº 31

